

# MIL ANOS DA INCURSÃO NORMANDA AO CASTELO DE VERMOIM

COORD.

MÁRIO JORGE BARROCA

ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*

Coordenação: Mário Jorge Barroca, Armando Coelho Ferreira da Silva

Design gráfico: Helena Lobo | [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Imagem da capa: “Tapisserie de Bayeux – XIème siècle”. Avec autorisations spéciale de la Ville de Bayeux.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | [www.citcem.org](http://www.citcem.org) | [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)

ISBN: 978-989-8351-97-5

Depósito Legal: 450318/18

DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898351975/mil>

Porto, dezembro de 2018

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | [www.sersilito.pt](http://www.sersilito.pt)

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

# DE NORTE PARA SUL: OS VIKINGS EM PORTUGAL

HÉLIO PIRES\*

Não obstante a escassez de informação, algo que é igualmente verdade para outros temas da História medieval, a presença de vikings naquilo que é hoje território português não deixa de ser um tema extenso e complexo. O que se apresenta aqui é por isso um resumo que não aborda todos os aspetos e, regra geral, ignora episódios ocorridos a norte do rio Minho. Mas antes de se abordar os diferentes ataques e focar brevemente em alguns deles, há que esclarecer um conjunto de noções úteis.

## NOÇÕES BÁSICAS

A primeira são os limites cronológicos da Idade Viking, que se pode definir como uma época de expansão marítima nórdica — uma espécie de Descobrimientos escandinavos, se se quiser, e igualmente multifacetada na diversidade de processos — e que se pode colocar entre 789, ano do primeiro ataque registado em Inglaterra<sup>1</sup>, e 1086, data da morte do rei Canuto IV da Dinamarca e consequente fim do seu plano de conquista do trono inglês<sup>2</sup>. Claro que estas datas são um pouco simbólicas, motivo pelo qual elas podem variar consoante os estudiosos, e isto acontece porque a História faz-se de processos e não de instantâneos, pelo que a Idade Viking não começou nem acabou num abrir e fechar de olhos, mas teve uma alvorada e crepúsculo.

---

\* Membro do Instituto de Estudos Medievais e NEVA. heliopires@sapo.pt.

<sup>1</sup> GARMONSWAY, 1984: 54.

<sup>2</sup> LUND, 2001: 178-81.

culo progressivos. Para mais, esse processo teve variações regionais: por exemplo, na Península Ibérica ele teve início apenas em 844, ano do primeiro ataque conhecido entre nós, e na Escócia perdurou durante o século XII, pelo menos a acreditar nos capítulos 106 a 108 da *Orkneyinga saga*<sup>3</sup>; e por essa altura, a partir de 1100, no território ibérico estava-se já na fase de transição pós-viking em que há uma continuidade de práticas, mas com ideias e dinâmicas que indicam outra época.

É por isso que, em rigor, eu não chamaria viking a um rei norueguês que, por volta de 1109, navegou ao longo do que é hoje a costa portuguesa. É certo que ele era nórdico, que veio de barco e atacou povoações costeiras — e nesse sentido há uma continuidade — mas ele fê-lo num contexto e dinâmica já próprios de outra época que não a Idade Viking.

Outra noção a ter em conta é que um viking não é necessariamente o mesmo que um normando. É certo que os portugueses, fruto da tradição latina, tendem a usar as duas palavras como sinónimos, mas isso é problemático por elas terem uma certa polissemia. Isto é, a palavra «normandos» tem o sentido geral de «homens do norte» — os *nordmanni*, termo que na Península Ibérica surge com variantes como *lordmani* ou *leordomani*; mas ao mesmo tempo, «normandos» tem também o sentido estrito de «habitantes da Normandia». E se é verdade que essa região de França deve o seu nome ao facto de ter sido doada a um grupo de vikings e parcialmente colonizada por eles, também é verdade que os nórdicos que se fixaram no reino dos francos foram assimilados no espaço de algumas gerações<sup>4</sup>. Assim, chegados ao século XI e não obstante os vestígios das suas origens setentrionais, os normandos *da Normandia* eram já um grupo diferente, afrancesado e cristianizado, motivo pelo qual eles eram também distintos dos seus antepassados vikings. Distinção essa que se perde a partir do momento em que se usa os dois termos como simples sinónimos.

Por fim, há que dizer ainda umas palavras acerca das fontes de informação, que são diversas quanto às origens e idade e são esmagadoramente escritas, escasseando dados físicos de outra ordem. Tem-se textos dos séculos IX a XIII, do norte da Península Ibérica em latim, do sul em árabe, do reino dos Francos e da Normandia (também em latim) e ainda da Escandinávia em islandês antigo, em especial as coletâneas de sagas de reis do século XIII, que foram beber informação a poemas mais antigos. E esta distinção entre os dois tipos de fontes nórdicas é importante, porque as narrativas que elas transmitem nem sempre coincidem e por isso há uma discrepância que é relevante em alguns episódios. E nenhum dos textos oferece mais do que resumos, notícias breves ou referências isoladas, porque foi só isso o que se escreveu ou chegou até hoje. O que quer dizer que se tem apenas *fragmentos*

---

<sup>3</sup> PÁLSSON & EDWARDS, 1981: 215-8.

<sup>4</sup> RENAUD, 2010: 456.

*de informação sobrevivente* que dão uma visão meramente *parcial* do sucedido. Não existe um registo completo e detalhado da atividade viking no que é hoje território português! O que não é indiferente nem uma mera curiosidade académica, porque obriga a reconhecer os limites do nosso conhecimento. Isto é, a aceitar que há coisas que não se sabe, nunca se saberá — a menos que surjam fontes novas — e por isso nem sempre se pode concluir com certeza ou sequer afirmar que aconteceu isto ou aquilo. Pode-se certamente sugerir ou propor, mas muitas vezes é só isso.

Para dar um exemplo genérico, há uma certa tendência para dizer que dois ou mais episódios dos quais se tem notícias separadas foram protagonizados por um único grupo de vikings com base apenas na proximidade geográfica ou cronológica dos acontecimentos. Mas isso é uma falácia, porque se não se tem a informação toda, então não se pode pura e simplesmente assumir uma relação entre dados fragmentários, ainda que próximos. Talvez os ataques estejam relacionados ou talvez tenham sido levados a cabo por grupos distintos que estavam ativos na mesma região pela mesma altura — e há exemplos disso noutras partes da Europa, conforme se verá mais à frente. A partir do momento em que não se conhece o panorama completo e muito menos todos os seus detalhes, não se pode assumir como certa uma relação entre fragmentos de informação com base apenas na sua proximidade.

## ATAQUES DO SÉCULO IX

O primeiro ataque de que há notícia no ocidente ibérico data de 844, quando um grupo de vikings atacou a região da Corunha antes de seguir para o sul da península. E pode-se, pelo menos à partida, assumir que era o mesmo grupo porque os textos medievais referem a rota<sup>5</sup>. Segundo a informação preservada no *Muqtabis* de Ibn Hayyan, os nórdicos entraram no Tejo a 20 de agosto e partiram apenas ao final de treze dias, durante os quais ocorreram três batalhas com tropas locais<sup>6</sup>. Não se sabe exatamente onde nem qual foi o resultado desses combates, tal como também se desconhece se a investida afetou a cidade de Lisboa propriamente dita ou apenas os arredores e até onde.

A mesma fonte árabe descreve a frota viking como tendo cinquenta e quatro navios nórdicos e um número igual de cárabos, informação que pode sugerir que parte dos barcos seriam familiares aos olhos do autor da notícia. E isso permite colocar a hipótese de ter havido ataques adicionais entre a Corunha e Lisboa, o que não é impossível, porque os vikings estavam no norte da península no início de agosto — assim o diz a chamada *Crónica Profética*<sup>7</sup> —, o que quer dizer que entre a investida na região da Corunha e a chegada a Lisboa a 20 do mesmo mês, há um hiato de

<sup>5</sup> FERNÁNDEZ *et al.*, 1985: 142-3.

<sup>6</sup> MAKKI & CORRIENTE, 2001: 312.

<sup>7</sup> FERNÁNDEZ *et al.*, 1985: 188.

cerca de duas semanas para uma viagem que podia ter sido feita em menos tempo. Isto pode ser explicado de várias formas: talvez os nórdicos tenham estado a maior parte desse tempo no norte da Galiza, até porque não se conhece a extensão espacial e temporal do ataque na zona da Corunha; ou talvez tenham encontrado mau tempo e por isso a viagem para sul foi mais lenta; mas também é possível que eles se tenham demorado em ataques a povoações costeiras e tenham capturado vários navios locais. Até porque há notícia de que parte da frota viking foi destruída pelos galegos<sup>8</sup>, motivo pelo qual os nórdicos podem ter tentado recompô-la roubando embarcações ibéricas. E assim, a 20 de agosto, eles estariam em Lisboa com um misto de navios: uns com um aspeto estrangeiro e um número mais ou menos igual de barcos reconhecíveis ou familiares o suficiente para um autor árabe chamar-lhes cárabos. Mas isto, note-se, é apenas e só uma hipótese feita com base em fragmentos de informação. Não é uma certeza!

Para o que se seguiu após os treze dias de saque na região de Lisboa tem-se um hiato cronológico ainda maior, uma vez que os vikings seguiram viagem para sul e só chegaram a Sevilha cerca de um mês depois<sup>9</sup>. Uma vez mais, trata-se de uma viagem que podia ter sido feita em menos tempo, pelo que em algum lugar eles andaram. Não se sabe exatamente onde nem porquê — se pilhagens, mau tempo ou confrontos navais — mas tem-se aqui outro indício de mais episódios para lá dos conhecidos. O que leva de volta ao que se disse no início: não se conhece tudo, mas tem-se apenas fragmentos de informação sobrevivente que dão uma visão parcial do sucedido.

No verão de 858, os vikings estavam de volta e atacaram Lisboa, onde só se sabe que morreu muita gente, mas não em que contexto — se uma vitória ou derrota nórdica, pilhagem da cidade ou dos arredores<sup>10</sup>. No ano seguinte, em 859, houve um pequeno confronto naval ao largo do que será talvez hoje a costa alentejana<sup>11</sup> e depois, na década de 860, os nórdicos talvez tenham regressado ao ocidente ibérico, embora sem certezas dada a informação ser escassa e críptica.

A respeito deste último conjunto de ataques, há quem afirme que eles se referem todos a uma única grande expedição viking que durou vários anos, de 858 a 860 ou mais<sup>12</sup>, o que me parece altamente duvidoso. Senão vejamos: segundo a chamada *Crónica Profética*, os nórdicos regressaram em 858 e atacaram Lisboa; a *Albeldense* diz que, no reinado de Ordonho I, os vikings voltaram (*iterum*) à Galiza e foram derrotados por um conde Pedro<sup>13</sup>; a *História* de Ibn al-Qutya conta que

<sup>8</sup> FERNÁNDEZ *et al.*, 1985: 142-3.

<sup>9</sup> MAKKI & CORRIENTE, 2001: 312.

<sup>10</sup> FERNÁNDEZ *et al.*, 1985: 188.

<sup>11</sup> FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 1999: 133-4.

<sup>12</sup> É o caso de ALMAZÁN, 1986: 91-5.

<sup>13</sup> FERNÁNDEZ *et al.*, 1985: 176.

os invasores foram derrotados no Guadalquivir no reinado do emir Muhammad<sup>14</sup>, o que é uma referência cronológica vaga, mas, diz a mesma fonte, após a derrota de 844 os vikings regressaram catorze anos depois, o que corresponde a 858<sup>15</sup>; a *Crónica de Alfonso III* também diz que os nórdicos voltaram (*iterum*) no reinado de Ordonho I, pilharam a costa e navegaram até ao norte de África e às Baleares<sup>16</sup>; Ibn Idhari refere o confronto naval na costa alentejana no ano 245 da Hégira, que começou em abril de 859, e que depois os vikings rumaram ao Guadalquivir, entraram no Mediterrâneo e passaram o inverno no rio Ródano, no sul de França<sup>17</sup>; e essa informação é confirmada pelos *Anais de São Bertino*, que sob o ano de 859 registam a presença de nórdicos no sul de França e diz que eles passaram o inverno numa ilha no Ródano<sup>18</sup>.

Se se assume que estes acontecimentos fazem todos parte de uma única grande expedição, é-se obrigado a concluir que se tratava de uma frota brutalmente resistente. Afinal, teria de ser capaz de atacar a costa norte-ibérica no verão de 858, ser derrotada na Galiza, participar apesar disso em novos confrontos em Lisboa, seguir para sul e ser derrotada no Guadalquivir, regressar ao que é hoje a costa portuguesa e por lá ficar vários meses, não se sabe onde, até protagonizar o confronto naval ao largo do Alentejo em abril de 859 ou mais tarde nesse ano, entrar no Mediterrâneo, pilhar as Baleares, chegar ao sul de França, passar lá o inverno com mais ataques pelo meio e depois, já em 860, regressar ao estreito de Gibraltar para mais uma batalha... É muita coisa! É certo que não é rigorosamente impossível que todas estas ações correspondam a uma única expedição, mas parece-me muito mais plausível pensar que se está perante pelo menos dois episódios distintos em anos consecutivos: um em 858, que terminou com a derrota viking no Guadalquivir durante o reinado do emir Muhammad; e outro em 859-60, esse sim o que inclui a chegada ao sul de França e o regresso à entrada do Mediterrâneo meses depois.

Onde é que está a confusão? No facto de as duas fontes mais usadas para estes acontecimentos serem a *Albeldense* e a *Crónica de Alfonso III*, que oferecem apenas uma referência cronológica vaga — no reinado de Ordonho I — e usam o mesmo termo para ambas as expedições — *iterum*, o que é ambíguo por querer dizer «de novo», mas também «pela segunda vez». É apenas quando se conjuga a informação de todas as fontes, as ibéricas, assim como as árabes e francas, que se percebe que, não obstante os anos de 858 a 860 serem todos no reinado de Ordonho I, nem tudo o que aconteceu nesse período faz parte de uma única expedição.

---

<sup>14</sup> JAMES, 2009: 102.

<sup>15</sup> JAMES, 2009: 101.

<sup>16</sup> FERNÁNDEZ *et al.*, 1985: 148.

<sup>17</sup> FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 1999: 133-4.

<sup>18</sup> NELSON, 1991: 90.

## ATAQUES DO SÉCULO X

Há um maior número de notícias de ataques para o século X, embora continue a haver também dúvidas. O primeiro episódio de que há conhecimento ou antes indício é disso mesmo exemplo, uma vez que se tem apenas uma alusão breve num documento de 1112 que foi preservado nos apêndices da *España Sagrada*<sup>19</sup>. Nele, é dito que um bispo Nausto de Tui foi obrigado a fugir da cidade e a refugiar-se no que é hoje o norte de Portugal devido às investidas nórdicas e muçulmanas nas margens do rio Minho. Mas não é referido ao certo quando e se se está perante um ou mais ataques concentrados num curto espaço de tempo ou distribuídos ao longo de vários anos. Não há sequer certezas quanto à data da morte do referido bispo, havendo quem a coloque em 912<sup>20</sup> e 934<sup>21</sup>, pelo que se pode apenas dizer com segurança que Tui foi vítima de pelo menos um ataque nas primeiras décadas do século X, que pode ou não ter resvalado para o que é hoje a fronteira norte de Portugal.

No verão de 966, Lisboa foi alvo de outra investida<sup>22</sup> que, em hipótese, pode ter sido protagonizada pelos vikings que estiveram ao serviço do conde Ricardo I de Rouen e que seguiram viagem para a Península Ibérica, onde pilharam várias cidades e enfrentaram um exército, não se sabe qual nem onde, embora a descrição refira-se a «etíopes»<sup>23</sup>. Talvez árabes ou berberes, embora sem certezas quanto à relação com o sucedido em Lisboa – porque lá está, tem-se apenas fragmentos de informação – e sem que se possa sequer afirmar com segurança que o relato normando é fidedigno. Mas se os episódios são idênticos, fica-se uma vez mais sem saber o que aconteceu à cidade. Também no verão de 966, sem que seja claro se se trata do mesmo grupo ou de outro, uma frota viking foi avistada ao largo de Alcácer do Sal e houve uma batalha naval no Algarve, porventura no rio Arade ou na sua foz, ao largo do que é hoje Portimão, uma vez que a fonte árabe refere-se ao rio de Silves<sup>24</sup>. Cinco anos depois, em 971, há notícia de que os nórdicos entraram no rio Douro a 8 de julho desse ano<sup>25</sup>, não sendo, no entanto, conhecido até onde e com que resultado. E nesse mesmo ano, assim como no seguinte, surgem referências a mais atividade viking no que é hoje a costa portuguesa<sup>26</sup>, mas sem que também aqui se saiba onde e com que contornos exatos. De referir ainda a possibilidade de pelo menos um ataque na zona de Guimarães, algures na década de 950 ou 960, pelo menos a julgar pelo testamento

---

<sup>19</sup> FLÓREZ, 1798: 250-3, doc. 2.

<sup>20</sup> ALSINA, 2004: 59.

<sup>21</sup> FLÓREZ, 1798: 49-52.

<sup>22</sup> COELHO, 1972: 123.

<sup>23</sup> CHRISTIANSEN, 1998: 162.

<sup>24</sup> COELHO, 1972: 123.

<sup>25</sup> GARCÍA GÓMEZ, 1967: 50, doc. 11.

<sup>26</sup> GARCÍA GÓMEZ, 1967: 69, doc. 8; 101-2, doc. 64.

de Mumadona Dias<sup>27</sup> e pese embora o uso do termo «gentios» seja ambíguo, podendo referir-se tanto a vikings como a tropas islâmicas.

## ATAQUES DO SÉCULO XI

Durante a década de 970 e a avaliar pelos dados sobreviventes, a atividade viking no que é hoje território português parece ter atingido um pico e decrescido a partir desse ponto, voltando apenas em força já na segunda década do século XI. É nessa altura que tem lugar um dos maiores ataques no registo existente e que se conhece por via de um documento de 1018<sup>28</sup>. Segundo o texto, três anos antes, em julho de 1015, um grupo de nórdicos, descritos como «netos e filhos dos normandos», entraram no rio Douro e durante nove meses pilharam a região até ao Ave, fazendo cativos e libertando-os a troco de resgates. É por via dos esforços de um homem para salvar as suas três filhas que se tem notícia do sucedido.

Embora o relato seja excecional no detalhe geográfico e cronológico — pelo menos quando comparado com outras notícias do ocidente ibérico — deixa muitas questões por esclarecer. Por exemplo, o que é que aconteceu ao Porto? Está junto à foz do Douro, pelo que se os vikings entraram nesse rio, de certeza que andaram perto da cidade. E depois? Pilharam-na ou cercaram-na? Correu bem ou correu mal? Não se sabe. Qual a reação das autoridades portugalenses? Atacaram os vikings ou toleraram-nos? E se toleraram, foi após uma derrota frente aos nórdicos ou por falta de meios para atacá-los de forma decisiva? Alguma coisa aconteceu (ou não aconteceu) para os vikings terem conseguido estar nove meses numa região que era o centro do condado do Porto. E a população? Limitou-se a fugir ou houve alguma forma de convivência? Repare-se que uma coisa é um ataque relâmpago, que consiste em chegar, pilhar e ir embora o mais depressa possível, não dando tempo para qualquer forma de convivência. Mas uma presença de nove meses obriga lados opostos a uma coexistência, mesmo que forçada, e que não tem de se resumir à violência ou medo. Bem pelo contrário, pode originar laços inesperados: talvez uma paixão, o amor pecuniário de senhoras com a profissão mais antiga do mundo ou uma troca de lados individual, até o desejo de rumar à aventura com os invasores. Isto pode parecer um exagero, mas tem-se um vislumbre histórico deste processo nos *Anais de São Bertino*, onde é dito que em França, no ano de 869, foi descoberto um monge apóstata num acampamento viking<sup>29</sup>. Está-se a falar de um clérigo cristão que mudou de religião e se juntou aos nórdicos, não se sabe por que motivo, se um episódio medieval da síndrome de Estocolmo, se outra causa. Eu não estou a dizer que houve apóstatas

<sup>27</sup> HERCULANO, 1868: 61, doc. 97.

<sup>28</sup> AZEVEDO, 1973: 91-3.

<sup>29</sup> NELSON, 1991: 163.

entre os rios Douro e Ave, mas é um facto que a convivência prolongada, ainda que imposta, pode originar laços inesperados.

Outra pergunta que fica por responder é a localização da base de inverno. Porque se os nórdicos estiveram no que é hoje o norte de Portugal durante nove meses, do verão de 1015 até à primavera de 1016, então é certo que em algum lugar eles estiveram fortificados para poderem proteger os navios, guardar o saque, manter os cativos e ter defesas contra eventuais ataques portucalenses. E essa base seria mais facilmente localizada nas margens do Douro ou num afluente, porque caso contrário os vikings teriam de arrastar os navios por terra. Talvez tivesse uma muralha rudimentar, porventura uma paliçada, mas não se sabe por não haver qualquer descrição ou vestígios arqueológicos conhecidos<sup>30</sup>.

Vários meses depois do ataque entre os rios Douro e Ave, tem lugar o episódio de Vermoim, que é ainda mais problemático. A notícia é breve, podendo ser lida na chamada *Crónica dos Godos*, e diz apenas que a 6 de setembro de 1016 os vikings vieram ao castelo de Vermoim, que fica na província bracarense, e que, à época, era conde Alvito Nunes ou que ele estava na fortificação<sup>31</sup>. E isto é um pouco como dizer tudo sem dizer quase nada. Por exemplo, não é dito como é que os nórdicos chegaram ao castelo, se por terra ou subindo o rio Ave, que outros sítios atacaram ou não durante a viagem desde a costa e com que sucesso ou qual o desfecho da chegada a Vermoim. Tem-se só uma notícia telegráfica e sem qualquer contexto. Repare-se, aliás, que o texto diz apenas que eles *veniunt* ou foram até Vermoim; não diz como, porquê nem com que desfecho. Não é sequer certo que o conde Alvito Nunes tenha morrido a 6 de setembro e não meses mais tarde por outro motivo que não uma investida viking. E a falta de informação é tal que se pode até sugerir que tudo começou com um ataque costeiro malsucedido, no qual um grupo de nórdicos foi impossibilitado de regressar aos navios e obrigado a fugir para o interior, acabando por ir até Vermoim. Pura e simplesmente não há dados que permitam reconstruir os acontecimentos nos seus traços gerais e com um mínimo de certeza histórica.

Pelo mesmo motivo, deve-se também duvidar da teoria segundo a qual a notícia contida na *Crónica dos Godos* está mal datada em um ano, fundindo-se o episódio de Vermoim em 1016 com o dos rios Douro e Ave em 1015-16<sup>32</sup>. O que não é impossível — os autores medievais também cometiam erros — mas não pode ser a primeira opção quando, conforme se disse ao início, tem-se apenas fragmentos de informação e não um registo completo da atividade viking. É portanto falacioso assumir uma relação entre ataques geográfica ou cronologicamente próximos, com base apenas nessa proximidade, mais ainda quando se conhece exemplos históricos de

<sup>30</sup> Mas veja-se o texto do professor Gareth Williams para exemplos de bases noutras partes da Europa.

<sup>31</sup> HERCULANO, 1856: 9.

<sup>32</sup> AZEVEDO, 1973: 88.

investidas simultâneas em regiões adjacentes. Por exemplo, segundo os *Anais de São Bertino*, em 859 havia um grupo de nórdicos no rio Somme e outro um pouco mais a sul no Sena<sup>33</sup>. E como tal o mesmo pode ter acontecido a norte do Douro, com um bando de vikings em 1015-16 e outro, meses mais tarde, em 1016, sem necessidade de forçar a cronologia ou atribuir a um autor medieval um erro que ele pode não ter cometido. Quando há apenas fragmentos de informação e dado que a atividade viking era levada a cabo por bandos independentes e de forma descentralizada, não se pode pura e simplesmente fundir episódios sem indícios concretos nesse sentido.

Ainda no século XI, antes de 1024 houve pelo menos um ataque a Tui, o qual é objeto de uma lenda erudita segundo a qual a investida foi liderada por Óláfr Haraldsson, mais tarde rei e santo padroeiro da Noruega, e que ele teria navegado até junto do estreito de Gibraltar e portanto ao largo daquilo que é hoje a costa portuguesa. E eu chamo-lhe lenda erudita porque a base histórica para a suposta expedição ibérica do norueguês é escassa ou mesmo inexistente, tendo apenas a aparência de facto por ser sucessivamente repetida por autores e estudiosos que se citam uns aos outros desde há pelo menos um século<sup>34</sup>. Quando se analisa as fontes medievais de forma direta, as certezas desaparecem.

Por volta de 1026, pelos lados de Santa Maria da Feira, terá havido pelo menos um ataque, isto porque temos notícia da captura e resgate de duas mulheres, resgate esse que foi pago na presença de autoridades municipais e em géneros<sup>35</sup>. Em concreto, os nórdicos receberam um manto de pele de lobo, uma espada, uma camisa, três lenços, uma vaca e três módios de sal. O que é curioso, porque trata-se de um resgate bastante mais complicado de estabelecer do que simplesmente apresentar ouro e prata, pesar e fazer um sinal que autorize a libertação dos cativos. Está-se a falar de diferentes tipos de bens e em quantidades diversas, pelo que se impõe a questão: como é que se acordou o conteúdo do resgate? Uma hipótese é que foi formulado um pouco *à la carte*, com os géneros a serem apresentados, os nórdicos a levarem o que quisessem e alguém a registar por escrito de forma passiva. Outra possibilidade é que houve uma forma de regateio silencioso, talvez com os vikings a apontarem para o que queriam e a indicarem as quantidades com os dedos, enquanto um portugalense respondia da mesma forma até se chegar a um acordo. Ou então, naquilo que será a hipótese mais fascinante, houve uma negociação verbal, caso em que terá de se admitir a presença de intérpretes ou de um ou mais nórdicos que soubessem uma língua compreensível por ibéricos ocidentais. E de repente, vemo-nos um pouco naquela cena do filme *O Último Viking*, com Antonio Banderas, em que um dos nórdicos sabe falar latim. Não é tão improvável quanto se poderia pensar, até

<sup>33</sup> NELSON, 1991: 90-1.

<sup>34</sup> PIRES, 2015: 318-23.

<sup>35</sup> HERCULANO, 1868: 161, doc. 261.

porque, por alturas de 1026, os nórdicos contavam já com dois séculos de contacto direto com o ocidente e sul europeus, pelo que não é impossível que alguns tenham aprendido a comunicar com os nativos. E o facto de o resgate ter sido pago na presença de homens do município reforça a ideia de que não se está perante uma coisa feita *ad hoc*, mas mais formalizada e bem organizada.

Por último, talvez tenha havido um ou mais ataques na década de 1050, a julgar pelo menos pela versão coimbrã das atas do concílio de Coiança, que listam a fuga de investidas vikings como um dos motivos aceitáveis para viajar a um domingo<sup>36</sup>.

## ATAQUES PÓS-VIKINGS

Na Península Ibérica, tal como na generalidade da Europa, o século XII é uma fase de transição do período viking, quando há ainda uma continuidade de algumas práticas, mas no contexto de uma Escandinávia cristianizada e inserida nas redes culturais e políticas da Europa continental. No contexto ibérico, o caso que melhor exprime essa transição é a expedição de Sigurðr Jórsalafari Magnússon, comonarca norueguês que, por volta de 1107, partiu do seu país em cruzada até à Terra Santa, navegando por isso ao longo do que é hoje a costa portuguesa. Segundo o poema *Útfarardrápa*, que terá sido composto no século XII por Halldórr skvaldri, os cruzados noruegueses atacaram três cidades no ocidente ibérico: Sintra, Lisboa e *Alkasse*, que será provavelmente Alcácer do Sal<sup>37</sup>.

Ora, há nisto um problema imediato: Sintra não é uma povoação localizada numa praia, mas separada do mar por cerca de nove quilómetros, numa zona onde o terreno é acidentado e a própria costa dominada por escarpas e penhascos. Por outras palavras e por assim dizer, não está à mão de semear para um exército que se deslocava de barco. E assim sendo, como e por que motivo os noruegueses atacaram Sintra? Uma resposta possível é que eles foram direcionados para o local, em concreto pelo conde D. Henrique ou por um dos seus homens como parte de um acordo com o rei Sigurðr. A ideia de que havia uma aliança entre os dois homens data pelo menos de meados do século XX<sup>38</sup> e de facto há notícia na *Crónica dos Godos* de que o pai de Afonso Henriques tomou Sintra precisamente em 1109<sup>39</sup>, embora o texto não esteja isento de dificuldades. Mas assumindo-se a sua veracidade, a tese de um acordo perde força quando se olha para os detalhes do ataque a Lisboa, que se verá de seguida, havendo uma hipótese alternativa a considerar: a de desejo de retribuição. Isto é, que Sigurðr e os seus homens foram atraídos para terra após terem sido atacados por tropas locais.

<sup>36</sup> RODRIGUES, 1999: 753-60, doc. 567.

<sup>37</sup> GADE, 2009: 483-92.

<sup>38</sup> ADALBJARNARSON, 1951: 242, n. 189.

<sup>39</sup> HERCULANO, 1856: 11.

Há alguns indícios que podem ser usados para justificar essa teoria, a começar pela existência de uma rede de postos de vigia costeiros na região, que se conhece a partir da arqueologia ou toponímia<sup>40</sup>. Um desses postos encontrava-se junto à foz do Colares, hoje a Praia das Maças, que está também próximo de duas outras praias ou, se se duvidar da sua existência no início do século XII, de uma parte da costa sintrense onde o terreno é menos acidentado e por isso mais propício a um desembarque<sup>41</sup>. Mas se estes dados permitem especular sobre o *onde* da ida a terra do exército norueguês, falta o *porquê*, questão cuja resposta talvez esteja nas fontes nórdicas. É que a narrativa dos compêndios de sagas de reis assenta no relato poético de Halldórr skvaldri e onde, pelo menos na ordenação das estrofes que chegou até hoje, o ataque a Sintra é precedido de uma batalha naval. A descrição críptica fornecida pelos versos fala de uma vitória norueguesa, a captura de oito galés e refere-se aos atacantes como «vikings», o que mostra bem como o termo era usado com o sentido lato de piratas e não como sinónimo de um povo à parte. Algo que, de resto, vai ao encontro de usos similares da palavra noutras fontes poéticas<sup>42</sup>. Assim sendo, não é impossível que os «vikings» que atacaram a frota de Sigurðr possam ter sido marinheiros ou piratas muçulmanos. E a isto junta-se a descrição, no *Morkinskinna*, de Sintra como uma base para ataques a cristãos<sup>43</sup>. O que é curioso, porque o papel militar da povoação ou do seu castelo seria acima de tudo defensivo, não dispondo das condições demográficas ou naturais de Lisboa ou Alcácer, cidades que estariam mais bem preparadas para serem bases ofensivas.

Com base nestes dados, eis a minha proposta de reconstrução hipotética dos acontecimentos: enquanto navegava para sul, ao aproximar-se da costa sintrense, a frota norueguesa foi avistada por um ou mais postos de vigia costeiros, que logo deram o alarme e levaram à saída, quem sabe se de Lisboa, de uma esquadra islâmica de pelo menos oito embarcações para fazer face aos nórdicos. Após a vitória nórdica, Sigurðr pode ter querido retribuir, virando-se por isso para um alvo relativamente fácil na costa local. Pontos como o posto de vigia junto à foz do Colares, o que pode ter levado a que os nórdicos subissem o rio, se não de barco por causa do assoreamento ou da maré baixa, pelo menos a pé até atingirem Sintra e, conforme descreve Halldórr skvaldri, tomarem a povoação e massacrarem a sua guarnição. O que explicaria, por um lado, o porquê do ataque a uma povoação a cerca de nove quilómetros do mar e numa zona pouco propícia a desembarques; e por outro, a descrição de Sintra como uma base para ataques a cristãos, que seria assim uma memória da experiência dos

---

<sup>40</sup> BORGES, 2012: 111-15.

<sup>41</sup> BORGES, 2012: 124.

<sup>42</sup> JESCH, 2008: 49-50.

<sup>43</sup> ANDERSSON & GADE, 2000: 316.

noruegueses<sup>44</sup>. E desse modo resolve-se também a dúvida que José Mattoso em tempos manifestou sobre os meios de D. Henrique para tomar Sintra<sup>45</sup>, uma vez que, após o saque norueguês e o massacre da guarnição, seria mais fácil conquistar a povoação.

Não é por isso preciso imaginar uma aliança entre o Sigurðr e o pai de Afonso Henriques. As coincidências, tal como o sonho, também são uma constante da vida e esta pode ter sido um exemplo, mas ainda quando se olha para os detalhes da narrativa poética acerca do ataque a Lisboa. Em concreto, o facto de, segundo os versos de Halldórr skvaldri, o rei norueguês ter combatido junto de Lisboa («við borg, þás kalla Lizibón») na praia ou local onde ele desembarcou («es lenduð at frón»), o que sugere um ataque relâmpago a um espaço extramuros, talvez até um dos bairros que estavam situados do lado de fora das muralhas da cidade e junto ao esteiro do Tejo — logo, na praia — e não um cerco ou ataque prolongado que tivesse permitido tomar Lisboa. E se assim foi, é legítimo perguntar o que é que aconteceu à hipotética aliança entre Sigurðr e Henrique. Serviu apenas para Sintra? Faltou coordenação ou houve uma falha de comunicação? O comonarca norueguês mudou de ideias ao ver Lisboa? Ou deve-se pura e simplesmente aceitar que não houve qualquer acordo entre os dois homens e que Sintra é o único episódio que requer uma explicação à parte? Afinal, as outras duas investidas — Lisboa e possivelmente Alcácer do Sal — são fáceis de justificar por serem ambas povoações ribeirinhas e junto a grandes estuários, fazendo delas alvos naturais para um exército que se deslocava de barco.

A respeito do ataque a *Alkasse*, o que é que as fontes nórdicas dizem ao certo? Os compêndios de sagas de reis citam duas meias estrofes, uma com o topónimo e outra que refere apenas a destruição de uma cidade anónima, e os autores do século XIII parecem ter acreditado que ambos os conjuntos de versos se referem ao episódio de *Alkasse*. Mas há que recordar o que se disse no início, que as coletâneas de sagas de reis distam um ou mais séculos dos poemas que lhes serviram de fonte e que os dois registos narrativos nem sempre coincidem; por vezes, nota-se mesmo um uso criativo dos versos por parte dos autores das sagas<sup>46</sup>. E isso dever-se-á em parte ao efeito do tempo sobre a transmissão de memória, neste caso que, cerca de cem anos após a sua composição, algumas passagens do *Útfarardrápa* podiam já não ser inteiramente claras. Assim, pode-se questionar os contornos exatos do episódio de *Alkasse*, para o qual a primeira meia estrofe fala apenas de uma batalha fora ou junto da povoação («út, þars heitir Alkasse»), enquanto o segundo conjunto de versos pode, porventura, referir-se a outra ação militar, bem mais violenta, mas num local hoje desconhecido. A leitura das duas passagens como sendo sobre um mesmo epi-

<sup>44</sup> PIRES, 2014: 181-4.

<sup>45</sup> MATTOSO, 1993: 34-5.

<sup>46</sup> FRANK, 2005: 176.

sódio pode ser assim um erro dos autores das sagas de reis, incertos ou equivocados sobre o sentido dos versos.

## VESTÍGIOS

No final, o que é que ficou de vestígios da actividade viking em território português? Acima de tudo, a memória, embora não de um modo tão vincado quanto na Galiza, onde há uma série de festividades locais evocativas do período. Ficou talvez o castelo de Guimarães, se bem que, já se disse, não seja claro quem eram os gentios do testamento de Mumadona Dias.

E quanto a traços nórdicos nas embarcações tradicionais portuguesas? Talvez não. Pode haver semelhanças e até influências de origem escandinava, mas isso não quer dizer que elas tenham sido deixadas pelos vikings, cuja época teve lugar não há dez ou cem anos, mas há cerca de um milénio. O que quer dizer que elas podem ser o produto de contactos posteriores com, porventura, os reinos de França e Inglaterra, espaços onde os nórdicos se fixaram nos séculos IX e X e onde foram assimilados, embora mantendo vestígios das suas origens setentrionais. Para dar um exemplo do que quero dizer, considere-se a palavra portuguesa «quilha», que tem origem remota no nórdico *kjölr*, mas que não chegou até nós por via dos vikings. Em vez disso, provém do francês *quille* e é um dos vestígios da colonização nórdica da Normandia, onde são vários os vocábulos e topónimos de origem escandinava<sup>47</sup>. E nos cerca de mil anos que nos separam da Idade Viking, esses vestígios podem ter entrado na cultura portuguesa em épocas posteriores, do século XII em diante, por via de contactos com reinos como Inglaterra e França e não por participação direta dos nórdicos na cultura ibérica.

Por último, talvez tenha ficado alguma toponímia, nomeadamente Lordemão, junto a Coimbra, uma vez que o nome faz lembrar *lordemanos*, que é um dos termos pelos quais os vikings eram denominados nas fontes ibéricas. Neste caso, o topónimo recua pelo menos ao século XII<sup>48</sup> — embora o documento não seja o ideal<sup>49</sup> — e apesar de não haver qualquer registo de um ataque nórdico a Coimbra ou sequer da presença de vikings no Mondego. Mas lá está, não se sabe tudo e só se tem fragmentos de informação sobrevivente. Talvez tenha acontecido algo cujo único vestígio seja o topónimo e assumindo que ele tem alguma coisa a ver com a presença de nórdicos no que é hoje território português.

<sup>47</sup> RENAUD, 2008: 456.

<sup>48</sup> AZEVEDO, 1958: 73-4, doc. 59.

<sup>49</sup> AZEVEDO, 1962: 577-8.

## CONCLUSÃO

O ocidente ibérico foi um cenário periférico da Idade Viking. Nunca teve a importância das ilhas Britânicas ou de França, até por uma questão de distância geográfica, e o impacto no panorama político, cultural ou religioso da península terá sido reduzido. Não levou à formação de um reino novo ou comunidade distinta, não gerou um ressurgimento pagão, não alterou os idiomas nativos e não se conhece nenhuma base de inverno que, à semelhança de Dublin, tenha evoluído para um grande centro urbano ou comercial. Quando muito, põe-se a possibilidade de a ameaça de ataques ter contribuído para o desenvolvimento dos espaços costeiros e da frota do Andaluz<sup>50</sup>.

Terá, portanto, sido essencialmente um fenómeno de pirataria, sem planos de conquista ou fixação, embora se possa especular que a expedição de Gunderedo e os nove meses de atividade entre os rios Douro e Ave podem ter tido objetivos mais duradouros. Mas sem certezas, dado que não se sabe se o fim desses episódios se ficou a dever por inteiro a ações militares ibéricas ou se os nórdicos tinham intenções de partir. A informação é demasiado escassa para se poder determinar com certeza os contornos exatos desses episódios.

Para encerrar, se é verdade que o que é hoje o território galego-português foi um cenário periférico, não é impossível que durante alguns anos, nas décadas de 960 e 970, o rumo dos acontecimentos noutras partes da Europa tenha tornado o ocidente ibérico num espaço circunstancialmente relevante no universo viking. A cronologia fornece o indício: entre 920 e 950, ocorreu a reconquista inglesa da Inglaterra nórdica<sup>51</sup> e a expulsão dos vikings da Bretanha<sup>52</sup>; a partir de 980, após a subida ao trono do rei Æthelred, abre-se uma nova e violenta vaga de ataques nórdicos em Inglaterra<sup>53</sup>; e entre esses dois períodos, nas décadas de 960 e 970, é quando ocorrem os ataques de 966, a expedição de Gunderedo na Galiza em 968-9, a entrada nos vikings no rio Douro e a sua presença na costa ibérica em 971 e 972. Ressalve-se, no entanto, que este padrão de recrudescimento e crescimento pode ser apenas aparente, resultado da sobrevivência aleatória de registos documentais. Talvez o número de ataques no que é hoje território português tenha sido mais ou menos estável ao longo do século X, mas o facto de haver mais fontes para as décadas de 960 e 970 pode criar hoje a ilusão de que houve um aumento de investidas vikings. E essa é uma possibilidade que nunca se pode pôr de parte, dado que, conforme se disse no início, o nosso conhecimento é limitado, tendo-se apenas fragmentos de informação sobrevivente e não um registo completo e detalhado da atividade nórdica no ocidente ibérico. A nossa visão é e, a menos que surjam fontes novas, continuará a ser parcial.

---

<sup>50</sup> PICARD, 2000: 194-195.

<sup>51</sup> KEYNES, 2001: 69.

<sup>52</sup> PRICE, 2010: 459.

<sup>53</sup> KEYNES, 2001: 73-74.

## FONTES

- ÆDALBJARNARSON, Bjarni, *ed.* (1951) – *Heimskringla*, volume 3, Íslenzk Fornrit 28, Reykjavík: Hið íslenzka fornritafélag.
- ANDERSSON, Theodore M.; GADE, Kari Ellen, *trad.* (2000) – *Morkinskinna. The earliest Icelandic chronicle of the Norwegian Kings (1030-1157)*, Islandica LI, Ithaca e Nova Iorque: Cornell University Press.
- AZEVEDO, Rui Pinto de, *ed.* (1958) - *Documentos Medievais Portugueses, volume 1, tomo 1: Documentos régios. Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- *ed.* (1962) – *Documentos Medievais Portugueses, volume I, tomo II: Documentos régios. Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185: aditamentos, fontes e índices*, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- CHRISTIANSEN, Eric, *trad.* (1998) – *Dudo of St. Quentin: History of the Normans*. Woodbridge: Boydell Press.
- COELHO, António Borges, *Coord.* (1972) – *Portugal na Espanha árabe*, volume 1, Paralelos, Lisboa: Seara Nova.
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Francisco, *trad.* (1999) – *Ibn Idari Al Marrakusi. Historia de Al-Andalus*, Málaga: Ediciones Aljaima.
- FERNÁNDEZ, Juan Gil; RUÍZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio; MORALEJO, José L., *ed.* (1985) – *Cronicas asturianas*, Publicaciones del Departamento de Historia Medieval/ Universidad de Oviedo 11, Oviedo: Universidad de Oviedo, Departamento de Historia Medieval, Departamento de Filologia Clasica.
- GADE, Kari Ellen (2009) - *Halldórr skvaldri, Útfarardrápa*. In GADE, Kari Ellen, *ed.* – *Poetry from the Kings' Sagas 2: From c. 1035 to c. 1300. Skaldic Poetry of the Scandinavian Middle Ages 2*. Turnhout: Brepols, p. 483-92. Disponível em <http://skaldic.abdn.ac.uk/db.php?id=1273&if=default&table=text&val=intro>. [Consulta realizada em 18/01/2017].
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio, *trad.* (1967) – *Anales Palatinos del califa de Córdoba Al-Hakam II, por Isa Ibn Ahmad Al-Razi: (360-364 H.=971-975 J.C.)*, Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones.
- GARMONSWAY, G. N., *trad.* (1984) – *The Anglo-Saxon Chronicle*. Londres e Melbourne: Dent.
- HERCULANO, Alexandre, *ed.* (1856) – *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum, Scriptores I*, Olisipone : Typis Academicis.
- *ed.* (1868) – *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum, Diplomata et Chartae I*, Olisipone: Typis Academicis.
- JAMES, David, *trad.* (2009) – *Ibn Al-Qutiya. Early Islamic Spain: the History of Ibn Al-Qutiya*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- NELSON, Janet L., *trad.* (1991) – *The Annals of St-Bertin: ninth-century Histories 1*. Manchester: Manchester University Press.
- MAKKI, Mahmud Ali; CORRIENTE, Frederico, *trad.* (2001) – *Crónica de los emires Alhakam I y Abdarrahman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*. Zaragoza: La Aljafería.
- PÁLSSON, Hermann; EDWARDS, Paul, *trad.* (1981) – *Orkneyinga saga: the History of the Earls of Orkney*. Londres: Penguin Books.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, *ed.* (1999) – *Livro Preto: cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMAZÁN, Vicente (1986) – *Gallaecia Scandinavica: introducción ó estudio das relacións galaico-escandinavas durante a Idade Media*. Tradução de Cidrás Escáneo. Vigo: Galaxia.
- ALSINA, Fernando López (2004) - *La cristalización de Tui como espacio de poder señorial entre 1095 y 1157*. In SOUTELO, Silvia González; FERNÁNDEZ, Marta Cendón, coord. – *Tui, presente, pasado y futuro: I Coloquio de Historia de Tui*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra, p. 57-95.
- AZEVEDO, Rui Pinto de, (1973) – *A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16*. «Revista Portuguesa de História», Tomo XIV. Coimbra: Atlântida Editora, p. 73-93.
- BORGES, Marco Oliveira (2012) – *A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus I: em torno do porto de Colares*. In «História: Revista da FLUP», IV Série, volume 2. Porto: Universidade do Porto, p. 109-128.
- FLÓREZ, Enrique (1798) - *España Sagrada: theatro-geographico de da Iglesia de España*, Tomo XXII. Madrid: Oficina de la viuda é hijo de Marin.
- FRANK, Roberta (2005) – *Skaldic Poetry*. In CLOVER, Carol; LINDOW, John, coord. – *Old Norse-Icelandic Literature: a critical guide*. Toronto: Toronto University Press, Medieval Academy of America, p. 157-196.
- JESCH, Judith (2008) – *Ships and Men in the Late Viking Age. The Vocabulary of Runic Inscriptions and Skaldic Verses*. Woodbridge: Boydell Press.
- KEYNES, Simon (2001) – *The Vikings in England, c. 790-1016*. In SAWYER, Peter, coord. – *The Oxford Illustrated History of the Vikings*. Oxford: Oxford University Press, p. 48-82.
- LUND, Niels (2001) – *The Danish Empire and the End of the Viking Age*. In SAWYER, Peter, coord. – *The Oxford Illustrated History of the Vikings*. Oxford: Oxford University Press, p. 156-181.
- MATTOSO, José (1993) – *1093-1325*. In MATTOSO, José, coord. – *História de Portugal 2: a Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 10-309.
- PIRES, Hélio (2014) – *Word from the south: a source for Morkinskinna?*. «Viking and Medieval Scandinavia», vol. 10. Turnhout: Brepols, p. 172-186.
- (2015) – *Nem Tui, nem Gibraltar: Oláfr Haraldsson e a Península Ibérica*. «En la España medieval», vol. 38. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, p. 313-328.
- PRICE, Neil (2010) – *The Viking conquest of Brittany*. In BRINK, Stefan; PRICE, Neil, coord. – *The Viking World*. Londres e Nova Iorque: Routledge, p. 458-61.
- RENAUD, Jean (2010) – *The Duchy of Normandy*. In BRINK, Stefan; PRICE, Neil, coord. – *The Viking World*. Londres e Nova Iorque: Routledge, p. 453-457.